

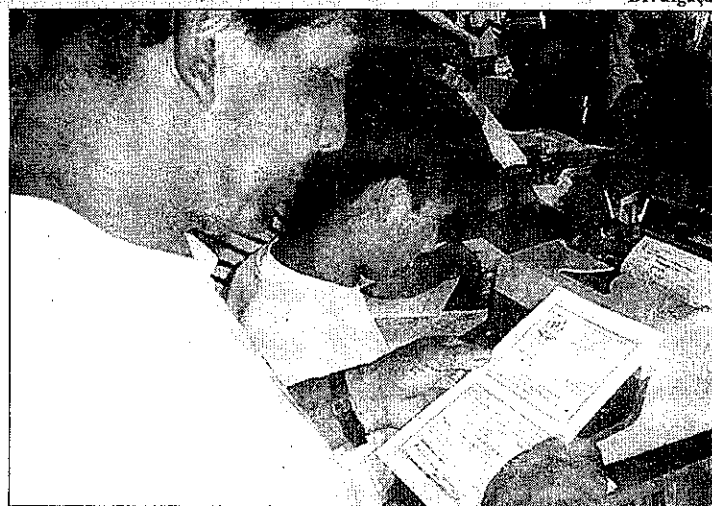
'CIDADANIA NO RIO NEGRO'

## Benefício levado à comunidade indígena

Mais de 600 pessoas foram beneficiadas durante os três dias da primeira fase do projeto "Cidadania Indígena no Rio Negro", que está sendo desenvolvido em São Gabriel da Cachoeira (a 858 quilômetros de Manaus) pela Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (Foirn) em parceria com o Ministério da Justiça. A primeira ação foi realizada na sede do Município, mas o projeto será estendido para as comunidades do interior já a partir de setembro. O chamado "Balcão da Cidadania Indígena" terminou ontem com um saldo positivo. Os índios residentes na capital de São Gabriel da Cachoeira puderam retirar documentos básicos como certidão de nascimento, identidade, CPF, carteira de trabalho, processos de retificações de registro e habilitação de casamento.

O projeto foi lançado na sexta-feira

passada, quando iniciaram os atendimentos. A ação continuou no sábado e encerrou ontem à tarde. De acordo com um dos coordenadores do "Balcão", Miguel Batista Maia, o projeto é importante porque possibilita aos povos indígenas o acesso à cidadania. "Muitos índios da região ainda não têm sequer a certidão de nascimento. Nossa meta é atender, num período de seis meses, cerca de 3 mil indígenas nas diversas comunidades de São Gabriel da Cachoeira", afirmou Maia. Outro ponto destacado por Maia é o fato de os índios serem atendidos por indígenas. Segundo o coordenador, muitos deixam de procurar os cartórios para retirar documentos porque nesses locais não existe uma pessoa que fale a sua língua. "Identificamos esse problema e procuramos uma alternativa. A saída foi capacitar



SAO GABRIEL Índios puderam tirar documentos

os índios que trabalham na Foirn para fazer esse atendimento personalizado. Hoje, o índio baniwa, por exemplo, é atendido em sua própria língua, assim como os indígenas das demais etnias", explicou. Além da retirada de documentos, o projeto atua na capacitação de lideranças indígenas, na promoção dos direitos humanos e cidadania e também presta assessoria jurídica às associações indígenas na regularização junto ao cartório

público e à Receita Federal. São parceiros do projeto a Prefeitura Municipal, o Ministério Público do Estado, Poder Judiciário, Câmara Municipal e as Forças Armadas. Neste mês de setembro, a coordenação também promoverá uma campanha de preservação do meio ambiente e fará um trabalho de conscientização das comunidades sobre as eleições de 2002, com a realização de palestras e distribuição de cartazes e cartilhas informativas sobre tais assuntos.